



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 91/XI/2ª

15.Fevereiro.2011 – 15h00

Aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 15h00, reuniu na sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de acta

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Presidência a requerimento do PSD – Esclarecimentos sobre o processo de adequação dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol à Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e ao Regime Jurídico das Federações Desportivas (15h30)

5. Petição n.º 144/XI/2ª da iniciativa de José Alberto Braga Rodrigues, Presidente do Conselho Nacional da Associação dos Professores de Educação Visual e Tecnológica - Pela manutenção de dois professores a leccionar a disciplina de educação visual e tecnológica

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PS

6. Petição n.º 118/XI/2ª - Pretende que a Assembleia da República legisle no sentido de ser dada a possibilidade aos estudantes do ensino superior de poderem pedir a transferência de crédito relativa aos seus empréstimos para outras instituições bancárias, podendo usufruir de uma taxa mais favorável.

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** Manuel Mota – PS

7. Petição n.º Petição n.º 122/XI/2ª - FENPROF - Pela organização de concursos de colocação de professores dos ensinos básico e secundário e de educadores em 2011

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** Teresa Damásio – PS

8. COM (2011)12 e SEC (2011) 66, 67 e 68 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Paulo Cavaleiro - PSD

9. Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para elaboração de um estudo técnico que permita aferir o custo médio por aluno das escolas propriedade do Estado no presente ano lectivo

- **Apreciação e votação**

10. Projecto de Resolução 391/XI/2ª - PCP- Manutenção do Regime de Par Pedagógico no modelo de docência de EVT

- **Apresentação e discussão**

11. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 17h00

12. Outros Assuntos

13. Data da próxima reunião

23 de Fevereiro de 2011 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) solicitou a antecipação da discussão do ponto 7 para ponto 4, por ter de se ausentar para participar numa outra reunião.

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) pediu o adiamento da apreciação do Ponto 8 para a próxima reunião da Comissão.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) comunicou que o seu Grupo Parlamentar apresentará um Projecto de Resolução sobre a temática do Projecto de Resolução nº 391/XI, do PCP, agendado para o ponto 10 da Ordem do Dia. Nesse sentido, e obtida a concordância do PCP, solicitou o adiamento da sua discussão para a próxima reunião da Comissão.

Com estas alterações, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Senhor Presidente referiu-se ao relatório da audição concedida à Confederação do Desporto de Portugal, pelo Grupo de Trabalho do Desporto, e ao relatório da audiência concedida à Ordem dos Engenheiros, não se tendo registado quaisquer intervenções sobre os mesmos.
- 3.2.** Comunicou ainda que deu entrada na Comissão a iniciativa europeia COM(2011)52 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, em resposta ao relatório do Grupo de Peritos sobre a Avaliação Intercalar do Sétimo Programa-Quadro de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração e ao relatório do Grupo de Peritos sobre a Avaliação Intercalar do Mecanismo de Financiamento da Partilha de Riscos. A apreciação do relatório foi agendada para o dia 1 de Março, cabendo ao PS a indicação do relator.

Deu ainda entrada na Comissão a iniciativa COM(2011)48 - LIVRO VERDE: Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da EU. A apreciação do relatório ocorrerá na reunião de 1 de Março, cabendo ao PSD a indicação do relator.

- 3.3.** O Senhor Presidente referiu-se ainda à necessidade de definir a quem caberá a coordenação do Grupo de Trabalho dos Optometristas, proposto pela Comissão de Educação e Ciência, entendendo que a mesma deverá ficar na Comissão de Saúde ou na de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública. A decisão sobre esta matéria foi adiada para a próxima reunião da Comissão.
- 3.4.** Comunicou também que baixou à Comissão de Educação e Ciência o Projecto de Resolução nº 390/XI (PCP), *sobre os contratos de associação entre o Estado e Instituições de Ensino Particular e Cooperativo*, tendo o mesmo sido agendado para discussão na próxima reunião da Comissão.

Baixou ainda o Projecto de Resolução nº 395/XI (PSD), que *recomenda ao Governo que efectue uma revisão urgente ao sistema de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior*, tendo o PSD solicitado a sua discussão em Plenário.

- 3.5.** Foi apreciada uma proposta para o Café de Ciência, em que se propõe o título *Química para um futuro sustentável* e se indicam as matérias a tratar e as entidades e empresas que participam, não se tendo registado intervenções sobre a mesma.
- 3.6.** Em relação ao Projecto de Lei nº 461/2ª, do CDS-PP, *1ª Alteração ao Decreto-Lei nº 70/2010, de forma a retirar as Bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos*, o Senhor Presidente transmitiu que a apreciação na especialidade foi adiada para a reunião de 23 de Fevereiro, uma vez que a audição do Ministro da Presidência impediu a sua apreciação naquele dia.

Adiantou ainda que nenhum Grupo Parlamentar apresentou propostas de alteração, pelo que, querendo, deverão remetê-las até ao dia 16 de Fevereiro, para se proceder, posteriormente, à elaboração do mapa comparativo.

Colocou ainda à consideração dos presentes o previsto no nº 2 do artigo 120º do Regimento, segundo o qual as iniciativas legislativas não podem envolver, no ano económico em curso, aumento de despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento, pelo que será de ponderar a entrada em vigor da lei e a sua produção de efeitos.

- 3.7. No que se refere ao Colóquio da Emancipação Jovem, agendado para o dia 28 de Março, o Senhor Deputado Pedro Rodrigues (PSD) sugeriu a inclusão da Federação Nacional das Associações Juvenis na lista de oradores, não se tendo registado oposição em relação a esta proposta.
- 3.8. No que se refere à actividade do Grupo de Trabalho da Educação para a Saúde, o Senhor Presidente deu conta da realização de 5 tertúlias, com repartição de encargos entre a Comissão de Saúde e a da Educação, para as quais serão convidados as escolas públicas e privadas.
- 3.9. Por último, o Senhor Presidente da Comissão lembrou que receberá, no dia seguinte, pela 11h00, o Dr. Gonçalves Sapinho, que pretende abordar a questão dos colégios com contrato de associação. Esta audiência é aberta a todos os Deputados que desejem estar presentes.

4. Petição n.º Petição nº 122/XI/2ª - FENPROF - Pela organização de concursos de colocação de professores dos ensinos básico e secundário e de educadores em 2011

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

5. Audição do Ministro da Presidência a requerimento do PSD – Esclarecimentos sobre o processo de adequação dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol à Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e ao Regime Jurídico das Federações Desportivas (15h30)

A audição do Ministro da Presidência e do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto foi gravada na íntegra, encontrando-se a [gravação](#) disponível na página da Comissão, na Internet.

Intervieram na audição os Senhores Deputados Pedro Duarte (PSD), João Sequeira (PS), Artur Rego (CDS-PP), Luís Fazenda (BE) e Miguel Tiago (PCP).

6. Petição n.º 144/XI/2ª da iniciativa de José Alberto Braga Rodrigues, Presidente do Conselho Nacional da Associação dos Professores de Educação Visual e Tecnológica - Pela manutenção de dois professores a leccionar a disciplina de educação visual e tecnológica

Apreciada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou admitir a petição, por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao PS a indicação do relator, foi designada a Senhora Deputada Helena Rebelo.

7. Petição n.º 118/XI/2ª - Pretende que a Assembleia da República legisle no sentido de ser dada a possibilidade aos estudantes do ensino superior de poderem pedir a transferência de crédito relativa aos seus empréstimos para outras instituições bancárias, podendo usufruir de uma taxa mais favorável.

O Senhor Deputado Manuel Mota (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

8. COM (2011)12 e SEC (2011) 66, 67 e 68 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto

Adiado.

9. Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para elaboração de um estudo técnico que permita aferir o custo médio por aluno das escolas propriedade do Estado no presente ano lectivo

O Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) apresentou a proposta, reafirmando a necessidade de se conhecer o custo real médio dos alunos nas escolas públicas. Adiantou ainda que o Tribunal de Contas é uma entidade credível e acima de qualquer suspeita, pelo que os dados que vier a apresentar serão da maior relevância.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) lembrou que a Senhora Ministra da Educação facultou, recentemente, na Assembleia da República, informação sobre os custos associados à frequência dos alunos nas escolas públicas, pelo que não vê necessidade de serem solicitados novos números.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou que não se encontram esgotados os instrumentos ao dispor da Comissão para a obtenção desses custos, pelo que entendeu tratar-se de uma manobra política do PSD, que poderia ter solicitado informação adicional ao Ministério da Educação. Defendeu ainda que não se deverá instrumentalizar a Comissão de Educação e Ciência, com o intuito de obter números que apoiem as posições dos Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) defendeu que este não deve ser um tema tabu. Entendendo que os dados apresentados pela Ministra não são esclarecedores, considerou que a Assembleia da República deverá conhecer os dados reais.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou importante dispor de todos os dados. Adiantou também que continuará a defender o ensino público, ainda que venha a provar-se que é mais caro.

Posta a votação, a proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PCP, os votos contra do PS e do BE, registando-se a ausência do PEV.

Nesta sequência, a Comissão deliberou requerer ao Senhor Presidente da Assembleia da República que solicite ao Tribunal de Contas a realização de uma auditoria que permita calcular o custo médio por aluno, para o presente ano lectivo, nas escolas públicas do País.

10. Projecto de Resolução 391/XI/2ª - PCP- Manutenção do Regime de Par Pedagógico no modelo de docência de EVT

Adiado.

11. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 17h00

Em representação da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) estiveram presentes os Senhores João Alvarenga (Presidente da Direcção Nacional), João Munoz, António Sarmento e Rodrigo Queiroz e Melo.

Tendo a AEEP reunido com a Comissão de Educação e Ciência, em Novembro último, sobre a mesma temática, referiram-se à evolução registada desde então, designadamente ao acordo que a AEEP estabeleceu com o Ministério da Educação, em 9 de Fevereiro último, acrescentando que o mesmo será para honrar e cumprir.

Fizeram uma breve resenha dos constrangimentos decorrentes da publicação do Decreto-Lei nº 138-C/2010 e da Portaria nº 1324-A/2010, que vieram destabilizar o sector dos contratos simples, de patrocínio e de associação, criando instabilidade nas escolas e apreensão junto dos professores e dos pais.

Referiram ainda que o acordo assinado com o Ministério da Educação foi o possível e cingiu-se apenas ao financiamento e à redução do número de turmas. Em relação ao documento que consta em anexo ao acordo, com a listagem das turmas a reduzir nos diversos estabelecimentos de ensino, esclareceram que foi apresentado pelo Governo, como base para a negociação, tendo a AEEP concordado apenas com o faseamento dos cortes.

Por último, consideraram que o acordo celebrado não colide com a possível apreciação parlamentar do Decreto-Lei nº 138-C/2010, entendendo que, neste caso, não deverá constar a referência aos contratos simples. Por outro lado, os contratos de associação devem consagrar, em sintonia com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o percurso educativo e não apenas o ciclo educativo. Assim, os contratos deverão ter uma duração de 5 ou de 8 anos, consoante as escolas ofereçam percursos educativos de 5 ou de 8 anos.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Emídio Guerreiro (PSD) e Bravo Nico (PS), que apresentaram as posições dos respectivos grupos parlamentares e colocaram questões, designadamente sobre se o estudo da rede se mantém válido, uma vez que não reflecte os cortes constantes do mapa anexo, se dispõem de informação sobre as turmas e os respectivos ciclos em que se registarão os cortes e ainda se o financiamento em 2011/2012 deverá ser único ou se deverá ter em conta os custos da escola pública da região onde se insere a escola com contrato de associação.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da AEEP esclareceram que discordaram do estudo da rede que o Ministério da Educação utilizou como suporte, por entenderem que o mesmo continha fragilidades. Clarificaram ainda que os cortes são feitos sobre a globalidade das turmas e não por anos de escolaridade, cabendo à escola fazer a gestão desses cortes.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em relação ao financiamento em 2011/2012, ele corresponderá ao custo médio do aluno nas escolas públicas do País e não aos custos da escola pública da região onde se insere.

Por último, consideraram importante saber-se qual é o custo dos alunos nas escolas públicas, visto que os números apresentados pelo Governo não integram valores muito relevantes, como sejam, por exemplo, o PIDDAC. Por outro lado, entendem que os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo possuem encargos não suportados pelas escolas públicas.

12. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

23 de Fevereiro de 2011 - 10h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 15 de Fevereiro de 2011

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENCAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
João Prata
João Sequeira
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Margarida Almeida
Maria Helena Rebelo
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Artur Rêgo
José Cesário
José Moura Soeiro
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas
Paulo Cavaleiro
Pedro Duarte

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Ferreira Gomes